

Resenha de *A cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo*, de Karl Erik Schöllhammer

Bruno Zeni

Schollhammer, Karl Erik. *A cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

A percepção central da qual parte *A cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo* (2013), de Karl Erik Schöllhammer, é a de que a violência é um traço persistente da vida social brasileira, tendo se transformado em cosmovisão e tema recorrente de representações artísticas, especialmente das narrativas de ficção. A partir dessa ideia, os onze ensaios reunidos no livro se desdobram com algumas questões comuns; talvez a mais relevante seja a da permanência do impulso realista na literatura contemporânea em um momento em que a crise da representação e a desconfiança das possibilidades hermenêuticas da crítica tradicional parecem definitivas. Assim, Schollhammer procura, a partir de uma consistente revisão teórica dos debates acerca da representação, da violência e da crueldade, delimitar novas formas de realismo e investigar exemplos da literatura brasileira que exploram modalidades inventivas e experimentais do tema da violência.

O ensaio “Realismo afetivo: evocar a realidade além da representação” enfrenta a questão da ambiguidade da mimese quando se trata de narrar a violência, isto é, da fronteira tênue entre representação e expressão da crueza e da crueldade, às raias da banalização da violência, confundindo simbolização com adesão ao impulso violento. Nesse texto, Schollhammer apresenta o problema de maneira complexa e instigante, discutindo as noções de representação nos últimos três séculos até chegar às tendências mais contemporâneas do realismo, pautadas pela tensão entre mimese e evocação, pela passagem da estética do choque modernista para as narrativas do trauma, por uma combinação de representação e não representação, pelas noções de agenciamento da realidade e de performatividade. A discussão se dá em torno de nomes como Lukács, Barthes, Alain Badiou e Mario Perniola, além de autores como Flaubert e Brecht e de escritores brasileiros como Ferréz, Bernardo Carvalho e Luiz Ruffato, entre outros. A exposição teórica suscita a tentativa de delimitar novas formas de realismo: o realis-

mo afetivo, inspirado nas ideias de Deleuze e Guattari; o realismo indexical, isto é, não referencial, que lança mão de índices de realidade, e não de tentativas de representação ou de mimese; e o realismo performático, que procura intervir na realidade pela leitura e pela experiência coletiva e política.

O ensaio que dá título ao livro analisa a componente criminosa inerente à literatura moderna, que envolve autor e leitor em uma alegoria constitutiva do texto como algo a ser desvendado. O autor não se restringe à literatura, embora a narrativa de ficção seja seu campo central de investigação, e recorre a referências de outras áreas, especialmente do cinema e das artes plásticas, com especial atenção à obra de Rosângela Rennó e ao uso não representacional que ela faz da recuperação e reordenação das imagens de arquivo.

A partir de suas discussões teóricas, o crítico aponta para uma certa historiografia contemporânea do realismo, em que a “era do testemunho”, marcada pela narrativa do trauma e da memória, dá lugar a uma “estética forense”, que recupera vestígios, restos e índices de algum acontecimento, revisitado não por uma necessidade de recomposição subjetiva, mas por um impulso de referencialidade indicial, que não apela à emoção fácil e ao sintoma, mas à citação, à materialidade do signo, ao lacunar e ao fragmentário.

Os ensaios mais longos, como “A violência como desafio para a literatura brasileira contemporânea”, procuram recensar manifestações artísticas que tenham a violência como tema ou pano de fundo. O esforço de catalogação extensiva constitui boa fonte de reflexão sobre as relações entre obras bastante distintas e, ao mesmo tempo, uma espécie de pequena história da violência na cultura brasileira atual. Nesse ensaio, em particular, o autor define os anos 1960 como marco inaugural de um realismo urbano que deu novo tratamento formal e ético às relações sociais pautadas pela violência, passando de formas arcaicas de relações, como as do mando e da malandragem, para um funcionamento social e simbólico pautado pela impessoalidade e por uma criminalidade mais difusa – um quadro geral que, no entanto, reatualiza as ambiguidades anteriores justamente no tema e nos procedimentos da violência.

Talvez por conta do caráter panorâmico da análise, o autor não recorre a alguns textos importantes para a discussão, que poderiam inclusive corroborar as suas hipóteses ou, ao menos, apoiar as suas suposições e discordâncias. Ainda que a dialética da malandragem seja a noção incontornável de Antonio Candido sobre o tema, poderiam contribuir também seu ensaio sobre o jaguncismo na literatura brasileira, “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”, do livro *Vários escritos*, e um texto central do crítico sobre a prosa brasileira dos anos 1960 e 70, “A nova narrativa”,

incluído em *A educação pela noite e outros ensaios*. Esse texto de Candido, panorâmico como o de Schollhammer, instituiu o conceito forte de “realismo feroz”, que não é discutido pelo autor. Outro texto importante para a compreensão ampla das tendências literárias da prosa brasileira do período é a entrevista de Davi Arrigucci Jr. intitulada “Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente”, reunida no livro *Outros achados e perdidos*, uma conversa do final da década de 1970 que aborda questões comuns às de Schollhammer, especialmente no que se refere ao hibridismo da ficção e à noção de alegoria.

O leitor sai dos ensaios com a vontade de ver contemplados mais escritores, outros textos de autores analisados e, vez ou outra, com a sensação de que a reflexão teórica poderia render ainda mais, caso se detivesse em um maior número de obras. De toda forma, os ensaios realizam um movimento notável de exposição teórica e de reflexão sobre a produção atual da literatura brasileira, o que certamente inspira releituras e novas maneiras de pensar autores e obras que tiveram prematuramente decantada sua recepção ou que, ainda em atividade, não receberam a atenção crítica devida.

As obras de autores como João Antônio e Rubem Fonseca, centrais para a redefinição da prosa de ficção brasileira no período, poderiam receber leitura mais detida, principalmente no caso do primeiro, visto ainda como neonaturalista, nos termos de uma recepção datada, e cujo único texto citado é “Corpo a corpo com a vida”. Rubem Fonseca ganha maior atenção, em boas análises de *O caso Morel*, “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro” e de “O cobrador”, mas contos cruciais de Fonseca, como “Feliz Ano Novo” e “Passeio Noturno”, não são contemplados. Outras ausências que chamam a atenção são as de Antônio Fraga e de Dalton Trevisan, este mencionado como uma espécie de precursor de Rubem Fonseca. E mesmo uma autora como Clarice Lispector, lembrada pela famosa crônica sobre a morte de Mineirinho, poderia encorpar as reflexões sobre subjetividade, forma literária e realismo na ficção. Entre os autores que recebem maior dedicação estão João Gilberto Noll, Valêncio Xavier, Sérgio Sant’Anna e Luiz Ruffato, em abordagens sintéticas e iluminadoras que deixam no leitor a sensação de que outras referências poderiam ganhar um olhar renovado se lidas pelas lentes de Schollhammer. Talvez essa economia de análises e de comentários de maior fôlego sobre as obras literárias venha de uma desconfiança, enunciada e discutida nas passagens mais teóricas dos ensaios, sobre a capacidade de a hermenêutica tradicional dar conta dos sentidos de leitura da obra literária, isto é, uma desconfiança da própria ideia de sentido a ser interpretado.

Entre as abordagens de predileção do autor estão justamente as noções anti-in-

terpretativas de Deleuze e Guattari, que preferem ver o texto literário não como algo a ser decifrado ou revelado, mas como um veículo de agenciamento de afetos. Nessa concepção até mesmo os efeitos de recepção dão lugar a algo que se assemelha a um mecanismo despersonalizado e dotado de capacidade de atuar coletiva ou politicamente. A crítica e a teoria, assim, veem a literatura como máquina de expressão, que acumula virtualidades que se revelam em ato e em metamorfoses – sempre em movimento. É o pensamento de Giorgio Agamben que irá guiar o crítico, finalmente, a pensar questões bastante atuais para a literatura brasileira, com as implicações éticas de certa tendência performativa do realismo contemporâneo. O crítico lembra que, na sociedade do espetáculo, o trauma ficou “chique”. Com lucidez, Schollhammer aponta para os riscos de uma escrita que leve à banalização do sofrimento, à superexposição do conteúdo autobiográfico e à excessiva projeção midiática do escritor, em detrimento da performatividade de suas obras.

Bruno Zeni é Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da FFLCH-USP.